

HISTÓRIA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO (1995-2008)

HISTORY OF THE ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA FEDERAL AGRICULTURAL SCHOOL BASED ON THE MEMORIES OF THE INSTITUTION'S EMPLOYEES (1995-2008)

Ana Patrícia Bezerra dos Santos¹
Bergston Luan Santos²

RESUMO: Este estudo teve como objetivo abordar a História da Educação Profissional e Tecnológica da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira a partir da elaboração da memória de servidores da instituição. Trata-se de um estudo qualitativo, com características do tipo exploratório, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano — *campus* Guanambi. A coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas individuais com treze servidores admitidos na época da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, que teve o seu funcionamento compreendido entre os anos de 1995 e 2008. As falas dos servidores apresentam informações sobre a criação e o funcionamento da Escola, por isso, oportunizam a compreensão de como foram vividas as experiências daquele tempo e espaço, o que evidencia a importância da memória como fonte para a escrita da História da instituição. Os dados coletados permitem inferir que as memórias foram elaboradas de acordo com as subjetividades e sentimentos dos servidores, que elas não correspondem, necessariamente, à verdade literal dos fatos, mas à elaboração do passado realizada pelos sujeitos pesquisados. Por fim, os dados revelam que as memórias sobre o passado da instituição foram produzidas a partir do lugar onde se encontram os sujeitos da pesquisa e se misturam com sentimentos de afeição ao lugar. **Palavras-chave:** História; Educação Profissional e Tecnológica; IF Baiano; Guanambi.

ABSTRACT: This study explored the history of Vocational and Technological Education at the Antônio José Teixeira Federal Agricultural School through the memoirs of the institution's staff. This is a qualitative, exploratory study conducted at the Bahia Federal Institute of Education, Science, and Technology, Guanambi campus. Data collection was conducted through individual semi-structured interviews with thirteen staff members hired at the Antônio José Teixeira Federal Agricultural School, which operated between 1995 and 2008. The staff members' accounts provide insight into the school's creation and operation, enabling an understanding of the experiences of that time and place, highlighting the importance of memory as a source for writing the institution's history. The data collected allow us to infer that these memories were created based on the staff members' subjectivities and feelings. They do not necessarily reflect the literal truth of the facts, but rather the research subjects' elaboration of the past. Finally, the data reveal that memories of the institution's past were produced from the place where the research subjects are located and are mixed with feelings of affection for the place.

Keywords: History; Professional and Technological Education; IF Baiano; Guanambi.

1. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Instituto Federal do Norte de Minas – IFNMG
E-mail: patricia.bezerra@ifbaiano.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187968418221260>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9226-6384>

2. Doutor em Educação e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Instituto Federal do Norte de Minas – IFNMG
E-mail: bergston.santos@ifnmg.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7760853090956054>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2315-3013>

INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se como resultado de parte de uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Dentre os objetivos propostos, estava previsto identificar a História da Educação Profissional e Tecnológica da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira (EAFAJT) a partir da elaboração da memória de servidores da instituição, tal como identificar como os sujeitos, a partir do lugar que ocupam, elaboram sua memória acerca do passado da instituição.

O Mestrado Profissional tem como característica o desenvolvimento de um produto educacional que precisa ser aplicado em um contexto real, objetivando a proposição de intervenções possíveis na realidade. No estudo em questão, foi produzido um vídeo, inspirado na perspectiva de um documentário, que organiza as falas dos sujeitos num recurso audiovisual para preservar e divulgar as memórias sobre a História da EAFAJT.

A memória tem sido amplamente estudada por autores e pesquisadores, especialmente no âmbito da Educação Profissional. No entanto, as memórias da Educação Profissional e Tecnológica do IF Baiano, *campus* Guanambi, apresentam fragilidades na sua preservação. Assim, a pesquisa foi realizada nessa instituição, localizada na zona rural do município. O IF Baiano, *campus* Guanambi, já funcionava como Escola Agrotécnica Federal desde 1995.

Diante desse fato, surge o questionamento acerca de quais seriam as memórias dos servidores sobre a Educação Profissional e Tecnológica da antiga EAFAJT, que teve o seu funcionamento compreendido entre 1995 e 2008, ano em que foi transformada em Instituto Federal Baiano — *campus* Guanambi.

Pesquisar as memórias sobre a História da EAFAJT não se trata simplesmente de descobrir as histórias do seu passado, mas possibilitar uma compreensão mais ampla da História da Escola, aumentando o conhecimento dos profissionais. Para o senso comum, a memória pode ser definida como um conjunto de lembranças, recordações de momentos vividos no passado. Assim, a memória, inicialmente, pode ser entendida como a capacidade de manter preservadas determinadas informações. Essa capacidade remete-nos a funções psíquicas que possibilitam ao homem atualizar informações passadas, ou que ele representa como passadas. Todavia, na pesquisa histórica, a memória forja-se mais como documento sobre o passado.

Perante o papel desempenhado pela memória para a história, é fundamental o trabalho com a História da instituição por intermédio das memórias dos sujeitos que vivenciaram as transformações pelas quais ela passou. Torna-se, pois, importante documentar as narrativas orais sobre o passado para que informações relativas à sua construção histórica não sejam perdidas com o tempo. Por esse motivo, para o levantamento dos dados

foram realizadas entrevistas semiestruturadas com treze servidores que vivenciaram o cotidiano da Escola. Foram sete técnicos administrativos de diferentes cargos e que já desempenharam diferentes funções na instituição: um pedagogo, dois auxiliares rurais, um auxiliar de limpeza, um assistente em administração, um auxiliar de cozinha e um almoxarife. Além desses, seis docentes da base comum curricular e do eixo tecnológico também contribuíram: dois da área de Zootecnia, um de Agricultura, um de Agroindústria, um de Informática e um de Língua Portuguesa.

Para a preservação das identidades, nas falas produzidas nas entrevistas e apresentadas no texto, os sujeitos da pesquisa foram enumerados conforme a ordem de realização das entrevistas, portanto, chamados de Entrevista 01, Entrevista 02, assim sucessivamente. Nas falas em que a identificação foi inevitável, visto que também aparecem no vídeo, foram identificados por meio de seu último sobrenome acompanhado da abreviação “[vídeo]”.

Os trechos das entrevistas selecionados para análise foram transcritos literalmente, visto que esse tipo de transcrição permite que os textos escritos sejam o mais fiel possível às gravações originais. No processo de análise dos dados, além das informações transcritas, esses aspectos também foram considerados.

Nas discussões referentes à Educação Profissional, o aporte teórico deste artigo é composto, especialmente, pelos autores Cunha (2014); Moura (2007) e Ramos (2014). Com relação à Memória, são consideradas as contribuições de Gagnebin (2006), Halbwachs (1990), Le Goff (1990), Nora (1993), Pollak (1992, 1989) e Seixas (2022). Já a fundamentação metodológica é respaldada na análise documental e interpretação qualitativa das memórias como fonte pertinente à escrita da História, assim como apontado por Gerhardt e Silveira (2009), Gil (2008), Ludke e André (2020) e Minayo (1994).

O texto está organizado em um tópico que discute e interpreta as memórias elaboradas pelos servidores sobre a criação e o funcionamento da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, a partir da perspectiva teórica de que a memória é, tal como argumenta Le Goff (1990), um fenômeno vivo, em mudança permanente, aberto ao tempo, enquanto a História seria a reconstrução, sempre problemática e incompleta, daquilo que não existe mais. A memória, portanto, é seletiva, afetiva, e frequentemente moldada pelas necessidades do presente. Ela é plural, fragmentada e suscetível a manipulações e esquecimentos. Espera-se que esta produção possa contribuir para o debate sobre História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica.

HISTÓRIAS CONTADAS: memórias da criação e do funcionamento da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira

As entrevistas realizadas possibilitaram identificar rastros de memória coletiva sobre a criação e o funcionamento da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira segundo Halbwachs

(1990). Os relatos dos sujeitos da pesquisa contam que no final da década de 1980 já se ouvia falar nos noticiários de rádio do projeto de construção da Escola Agrotécnica no distrito de Ceraíma, município de Guanambi. Os políticos José Neves Teixeira, mais conhecido como Binha Teixeira, e Prisco Viana foram os idealizadores da Escola Agrotécnica Federal de Guanambi, no entanto, foi principalmente por influência de Prisco Viana que a Escola foi instalada em Guanambi, sendo dele, inclusive, o projeto de criação.

A escolha do município de Guanambi teria sido motivada pela tendência agrícola da região. De acordo com o depoimento da Entrevista 09 (2023), conjecturou-se a instalação da Escola Agrotécnica em Caetité, município vizinho de Guanambi: “teve uma conversa de ser em Caetité, mas deixou pra Guanambi porque Guanambi é muito próximo ali de Iuiu, Palmas de Monte Alto e Carinhanha, esse vale aí que contrata muita gente pra trabalhar na agricultura” (Entrevista 09, 2023). Por esta declaração, é possível perceber que o entrevistado associa à criação da Escola Agrotécnica de Guanambi como possibilidade de qualificação profissional para atender às necessidades do mercado de trabalho, característica precípua do modelo de Educação Profissional oferecida no Brasil, assim como discutido por Moura (2007).

Ainda segundo a Entrevista 09 (2023), a definição por Guanambi considerou sua maior proximidade ao Vale do Iuiu que, na época, tinha uma grande demanda por técnicos e contratava muitas pessoas para trabalhar na agricultura, além de ser uma cidade bem acessível, o que facilitaria a vinda de alunos das diferentes localidades. Para a instalação da instituição no distrito de Ceraíma, os relatos dão conta de que ela foi motivada pela presença do perímetro irrigado nesse distrito. O prefeito da época, Binha Teixeira, escolheu e adquiriu o terreno e doou para a implantação da Escola, assim como narrado por diversos entrevistados, o que indica um rastro de memória coletiva compartilhada.

Assim, a trajetória da implantação de uma Escola Agrotécnica Federal no município de Guanambi reflete uma ação de articulação política dos representantes locais e regionais e uma necessidade de produção agrícola da região. Cabe destacar que essas questões precedem a admissão dos servidores na instituição, porém, eles reproduzem essa fala muito provavelmente por conta das memórias já elaboradas sobre o passado da instituição.

A Escola Agrotécnica Federal de Guanambi foi inaugurada no dia 24 de novembro de 1994, com início do ano letivo para as turmas ingressantes no dia “03 de abril de 1995” (Entrevista 09, 2023). Sobre a criação da Escola, Melo narra:

Naquela época, a gente tinha um deputado que foi muito atuante aqui, Prisco Viana, saudoso Prisco Viana. Eh, o projeto de criação da Escola Agrotécnica foi dele. E a gente tinha Binha Teixeira né, José Neves Teixeira, como prefeito do município. Então, já no final dos anos oitenta já se falava na criação da Escola Agrotécnica. Eu acredito assim, que pelo fato de Ceraíma ter um perímetro irrigado né, e as escolas agrícolas normalmente

eram criadas e instaladas em regiões que tivessem vocação agrícola, então eu penso que uma das razões foi essa né, de criação da escola, pelo fato da gente ter aqui na região, no distrito de Ceraíma, o perímetro irrigado né (Melo, 2023, [vídeo]).

Esse depoimento é reproduzido pela fala de Cotrim que se refere a Prisco Viana como um político que teve papel decisivo na criação da Escola Agrotécnica em Guanambi.

Primeiro foi o prefeito da época, Binha Teixeira, e tinha um deputado federal representando a região, que era o deputado Prisco Viana. E pelo fato da, como é que fala, da tendência da região agrícola, Guanambi era uma cidade agrícola, produção de algodão, pecuária e tal, aí o Prisco Viana, ele deu a ideia de criar o projeto da Escola Agrotécnica Federal aqui em Guanambi. E aí o prefeito encarregou de arrumar o local (Cotrim, 2023, [vídeo]).

A convergência nos relatos apresentados em torno da criação da Escola pode ser resultado da memória coletiva que foi construída. Assim como indica Halbwachs (1990), as memórias individuais não são suficientes para o reconhecimento das lembranças coletivas, mas é necessário que elas tenham muitos pontos de contato para que possam ser construídas sobre um fundamento comum. Diante do passado elaborado e socializado pelos sujeitos da pesquisa, observa-se a existência dessas aproximações nas lembranças compartilhadas, o que leva ao fortalecimento e ao reconhecimento das memórias coletivas.

Com a Lei nº 8.986, de 07 de fevereiro de 1995, sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Escola Agrotécnica Federal de Guanambi passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira. A respeito da justificativa para a escolha desse nome para a instituição, as memórias coletadas revelam que normalmente as escolas agrotécnicas tinham o nome da cidade, inclusive a de Guanambi. Na Bahia, Guanambi foi a única das quatro escolas agrotécnicas que fez essa alteração.

A proposta de mudança do nome da escola foi do deputado Prisco Viana para homenagear Antônio José Teixeira, cidadão do município de Caetité/BA, e pai de Binha Teixeira. A propósito, a Entrevista 02 (2023) diz que: “O nome da escola é simplesmente porque Antônio José Teixeira é o pai de Binha Teixeira, como era conhecido o prefeito na época”. A afirmativa da Entrevista 02 é reforçada pelo depoimento da Entrevista 07 (2023): “Binha Teixeira, [...] ele empenhou muito juntamente com Prisco Viana, era deputado, né, no sentido de trazer essa escola pra Guanambi. Então ele queria trazer essa escola pra Guanambi e aí homenagear alguém da família dele”. Igualmente, pelo depoimento de Santos (2023, [vídeo]): “Antônio José Teixeira foi uma homenagem ao pai do prefeito José Neves Teixeira”. Antônio José Teixeira é retratado nas entrevistas como um cidadão que ajudava muito a educação: “a primeira escola rural do município

de Caetité foi instalada na propriedade dele. Então, essa questão dele acreditar, de botar o pessoal, naquela época ainda, de levar as crianças da zona rural pra escola, foi o que moveu fazer homenagem ao nome dele” (Santos, 2023, [vídeo]).

As entrevistas revelam uma memória, até certo ponto, crítica acerca da valorização e homenagem, em que Antônio José Teixeira é lembrado como um tipo de filantropo dedicado à educação e à comunidade rural, evidenciando como a proposta do nome é lembrada com certa problematização política.

Os servidores entrevistados avaliaram que as instalações físicas presentes no início do funcionamento da Escola Agrotécnica Federal eram poucas, diante das necessidades da instituição. O depoimento de Aguiar reflete essa situação: “Os professores da área técnica se uniam, tinha só uma sala, era uma sala, uma mesa redonda e a gente era daquela sala, em torno de doze professores. A gente só tinha um computador. E tinha um horário pra cada um pegar o computador” (Aguiar, 2023, [vídeo]). Araújo relata:

Nós tínhamos os prédios ali que são alinhados ali quatro, que a gente fala pavilhão da UTIC, pavilhão da reprografia, depois pavilhão II, depois vem pavilhão dos laboratórios. Era só aquilo dali, era envolvido tudo ali. E tinha que uma turma estudar, de tarde ele tinha que ir pra o campo pra outra turma já entrar (Araújo, 2023, [vídeo]).

As instalações elétricas e a internet foram retratadas como bem precárias no início do funcionamento. Silva comenta:

Aqui era bastante precário em relação, por exemplo, internet, parte de rede elétrica, aqui tinha problemas seríssimos com a rede elétrica. Hoje não, tá muito bom, porque ampliou, conseguiu ampliar a rede elétrica. Constantemente faltava energia aqui, queimava muitos aparelhos. Então a gente não tinha esse acesso. A internet era bem, era de cabo e ainda por cima bem complicada, era muito instável. Nos setores, os computadores eram no início, naquele período, eram um pouco obsoletos em relação ao que tinha no mercado, eu me recordo (Silva, 2023, [vídeo]).

As recordações mostram também que a quantidade de servidores era bem pequena: “Quando a gente começou, o quadro de pessoal era um quadro bem restrito. A gente tinha eh acho vinte e poucos servidores docentes, eh cinquenta e poucos servidores técnico-administrativos. Então era um quadro bem restrito” (Melo, 2023 [vídeo]). Percebe-se que os servidores avaliam que o quantitativo era insuficiente para o atendimento das demandas da instituição, muitos deles tinham que desempenhar diversas atribuições, como é possível verificar na fala de Araújo (2023, [vídeo]): “Então assim, a gente tinha que tá fazendo, exercer duas, três atividades. Quantas vezes a diretora da escola nos ajudou a limpar a escola, fazer limpeza na escola, porque não tinha mão de obra. Então muito, muito, muito pouco mesmo”. Nascimento (2023, [vídeo]) declara que “antes a gente conhecia todo mundo, sabia quem era todo mundo,

qual era a função, entende? Hoje não dá mais pra saber. É muita gente, é muito grande a diferença.” Com depoimento semelhante, Barreto (2023, [vídeo]) expõe: “A quantidade, não tinha muitos servidores, né. Mas vivíamos como se fosse uma família [...]”.

Nestas falas, a memória é elaborada de forma passadista, com certo apego especificamente àquele passado. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, como a escassez material e de funcionários, os relatos expõem que todos se uniam, desempenhavam diversas funções e viviam como membros de uma família. Esse tempo é envolvido de nostalgia. Esse apego ao passado, assim como indicado por Gagnebin (2006), pode ser interpretado como uma preocupação dos sujeitos de que o passado não caia no esquecimento, desconsiderando todo seu papel e trabalho na construção da Escola naquele tempo, colocando-se como alguém importante, necessário à História.

Entretanto, analisando as falas, observa-se que elas têm dinâmica e não se apresentam de forma homogênea, já que é perceptível a existência de uma transição interpretativa dos sujeitos quando há mudança no elemento disparador da memória. Assim, o clima de colaboração, cooperação e solidariedade entre os servidores, presente no início do funcionamento da instituição, passa a ser lembrado também como um ambiente com divergências e conflitos. Segundo os relatos, as interações sociais entre os trabalhadores tornaram-se bastante tumultuadas em determinado momento.

Como tinha pouca gente na época, eh a gente vivia um, um clima assim muito de divisão política. Normalmente tinham assim dois grupos muito bem definidos politicamente. Eh mas eram grupos que tinham eh, eh essa questão da divisão política, mas eram grupos que na hora de, de, do trabalho se juntava e todo mundo trabalhava, né (Entrevista, 04, 2023).

Essa foi uma questão recorrente nas falas. Barreto assim lembra:

Infelizmente, né, acho que até por conta desse convívio ali no dia a dia, eu acho que as pessoas não tinham tempo nem de voltar em casa. Então eu acho que criava assim, às vezes, um certo clima, um pouco tenso nas interações, né. Então havia alguns conflitos, né. E como o sistema era um pouco mais rígido, naquela época existia até uns processos disciplinares, tanto pra aluno como pra servidores, né. Então isso tudo ia aquecendo muito os problemas, né. Deixando cada vez mais, mais tenso (Barreto, 2023, [vídeo]).

Silva, ao recordar, conta que “tinha naquela época os grupos, digamos assim, políticos dentro da instituição. Então se você se relacionasse com uma pessoa do grupo A, aquela do grupo B, ela tinha um, ela te via de outra forma, inclusive recomendando o afastamento” (Silva, 2023, [vídeo]). O depoimento dado por Nascimento é marcante sobre esse aspecto das interações sociais entre servidores. Ela rememora que:

Eu acho que talvez o fato de ficarmos aqui sempre, o tempo inteiro, essas questões interpessoais também eram, eram muito acirradas naquela época. E tivemos muito essa questão de lavar roupa suja, sabe, de ir pra rádio, as brigas aconteciam aqui dentro e iam pra cidade. Na minha opinião isso era ruim, muito ruim para a escola, para a instituição porque ficava todo mundo sabendo de problemas que eram só nossos. Eu achava que não devia tá lá fora. E sujava o nome da escola. Então as relações interpessoais num período foi muito forte, foi muito ruim, mesmo (Nascimento, 2023, [vídeo]).

Essa possível divisão política narrada gerou um clima de tensão entre os servidores, isso porque eles reinterpretaram a memorada harmonia do ambiente de trabalho. Os relatos indicam que uma polarização influenciou diretamente as relações interpessoais dentro da instituição, tornando a convivência mais complexa e, para alguns, “desgastante”. A transição interpretativa das falas revela como as questões políticas podem impactar não apenas as decisões administrativas, mas também na dinâmica e no clima organizacional como um todo. Revela, ainda, como o elemento da memória medeia o passado, separando-o e conservando-o em diferentes contextos narrativos, perspectiva possível ao se compreender a memória como algo dinâmico, mutável, sujeito à lembrança, ao esquecimento, ao silenciamento, às seleções conscientes ou inconscientes que são inerentes ao ser social (Pollak, 1989). É importante, com isso, refletir sobre os efeitos da memória a respeito do contexto político nas relações de trabalho, bem como na elaboração de um ambiente colaborativo e respeitoso idealizado.

Esse clima de tensão também foi vivido nas interações sociais estabelecidas entre os alunos. Os relatos indicam que, na vigência da EAFAJT, havia a presença de atos de violência. Embora advertidos e punidos pelos setores responsáveis, alguns alunos das turmas dos terceiros anos intimidavam intencionalmente os novatos, praticando atos de violência psicológica e, às vezes, física. “Os alunos têm essa ideia de que eles chegaram primeiro e eles são os donos e os calouros têm que realmente passar por determinadas situações” (Entrevista 12, 2023). Silva reitera dizendo:

Olha, tinha muita confusão. O pessoal fazia muito aqui, pegava pesado nessas questões. As turmas de terceiro ano, que até hoje eles fazem, e hoje está mais, está mais comedido, mas antigamente era complicado. [...] mas a gente via pessoas até saírem daqui, os ingressantes, os estudantes ingressantes, saírem por conta dessas questões. [...] Chegavam ao ponto de bater muitas vezes. [...] Só que tinha reações. Muitas vezes o calouro, muitas vezes não aceitava aquilo. Quando ele não aceitava, ele reagia. E aí aconteciam confusões, brigas mesmo, de sair de vias de fato, pancada, porrada. Aí onde entravam essas questões das normas disciplinares, das penalidades. Tentavam contornar, mas eram situações assim bem, de machucar mesmo, né.

De humilhar. A humilhação era pesada. De ter que pedir benção e ter que fazer eh, pagar prenda como eles falavam na época, fazer... pagar despesas. E às vezes alguns faziam. Entravam na onda e ficava na boa. Depois, esse mesmo calouro quando chegava três anos depois, fazia, aplicava a mesma situação. E era cultural isso (Silva, 2023, [vídeo]).

A Entrevista 09 (2023) salienta que “nas minhas lembranças aqui só não tinha *bullying* no primeiro ano, porque era, era tudo novato”. Os relatos acrescentam que existia na escola o grupo dos Botas Vermelhas que amedrontava os alunos, “tacava o terror” (Entrevista 09, 2023). Esse grupo dos Botas Vermelhas “era um grupo de alunos de 95” (Entrevista 07, 2023). Ele tinha essa denominação, pois seus membros pintavam de vermelho as botas que eram utilizadas para o trabalho no campo para se diferenciarem dos demais, para terem maior visibilidade, para chamarem atenção, afinal, eles “queriam ser os tais” (Entrevista 09, 2023). Jogar o aluno novato dentro da caixa d’água, jogar dentro da lagoa, fazer subir o morro, colocar o aluno para fazer os canteiros, medir a quadra usando palitos de fósforo, carregar bandejas, matar formiga no grito, eram algumas das ações praticadas pelos Botas Vermelhas.

É importante frisar que essa não era uma questão *a priori* presente no roteiro de entrevista semiestruturada, mas foi um assunto que surgiu nas entrevistas com os participantes da pesquisa. O surgimento de um assunto não definido inicialmente na entrevista vai ao encontro do entendimento de Gerhardt e Silveira (2009) sobre a entrevista semiestruturada, pois nela o pesquisador “organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 72).

Ainda discutindo sobre a vivência estudantil, a pesquisa revela que os alunos residentes na instituição, quando não retornavam para suas residências nos finais de semana, eram escalados para executar tarefas de cuidado e manutenção dos setores, como pode ser verificado no depoimento de Cafeiro (2023, [vídeo]): “Inclusive no fim de semana, eh, dificilmente ficava funcionários mesmo porque eram os alunos internos que tomavam conta dos setores. Então a cada fim de semana tinha aluno que era escalado pra tomar conta dos setores e os outros estavam livres pra ir pra casa”. Oliveira complementa:

Se ele não quisesse ir pra casa final de semana, o interno, ele era escalado pra trabalhar. Se ele estivesse na Escola Agrotécnica ele ia, escala tipo assim, não era nem um serviço, eh, eh nada demais: um aluno ia pra ajudar no refeitório a lavar bandeja, a receber e lavar bandejas, outro seria escalado na agricultura pra ir molhar uma planta ou fazer algum outro serviço tipo na avicultura, que era descer e suspender as lonas pra proteger os pintinhos. Tipo

coisa assim só pra ele ter alguma coisa que justificasse ele estar dentro da Escola Agrotécnica (Oliveira, 2023, [vídeo]).

Nos momentos de tempo livre, os alunos promoviam encontros, se reuniam no pátio para conversar. “O pátio era o local onde é, era o pátio e uma lanchonete, no lugar que hoje é o auditório, ali era aberto. Tinha uma televisão, uns banquinhos que eles se sentavam e reuniam pra conversar” (Oliveira, 2023, [vídeo]).

Pelas reminiscências construídas sobre a vivência estudantil, infere-se que a presença de conflitos, de atos de violência que machucavam, constrangiam e até contribuía para a evasão foi algo marcante nas interações sociais estabelecidas entre os alunos. Entretanto, também havia nas relações sociais momentos de descontração e lazer entre eles, pois assim como aponta Seixas (2022), a memória não é estática, ela se movimenta, configura-se como um espiral no tempo e no espaço, quase sempre como uma tentativa de prolongar o passado no presente.

Constatou-se, pelas falas de servidores, a presença de atividades esportivas e culturais realizadas pela/na instituição. Brito socializou, com saudosismo, eventos esportivos que aconteceram naquela época e que fazem parte de suas lembranças. Sobre essas atividades, ele expõe:

Nós tínhamos o campeonato COP-QUARTO aí que cada quarto né, eram doze quartos. A gente fazia um campeonato aí a noite eh com doze equipes do internato, né. E aí isso aí deixou muita saudade. Só os alunos do internato, depois da janta. Era geralmente três vezes por semana, né. Os jogos eram três vezes por semana, a noite, depois da janta. E aí era um sucesso. Já teve o intercolegial né, a escola aqui fazia contra alguns colégios, os colégios maiores de Guanambi. Também era muito bom (Brito, 2024, [vídeo]).

Quanto à parte cultural, havia a presença do grupo de teatro Teagro, iniciativa que possibilitava aos alunos o desenvolvimento da criatividade e da imaginação.

E como era Agrotécnica e teatro, colocamos o nome Teagro. Então o Teatro começou em noventa e oito, comigo. E nós apresentávamos nesse espaço que tinha lá da cantina todo aberto. [...] Então, por exemplo, tem uma peça do meio ambiente, tem uma peça da AIDS e DST que a gente caminhou muito aí pelos quilombos aqui da região, a gente foi. A gente já foi pra toda a região aqui em Guanambi. E o teatro não foi só aqui pra região. A gente foi convidado pra apresentar em Salvador. Eh, a gente foi convidado pra apresentar em outras Escolas Agrotécnicas. E o teatro trouxe uma vivência muito grande para os alunos (Cafieiro, 2023, [vídeo]).

Percebe-se, assim, que a instituição se preocupou em promover atividades esportivas e culturais. Os servidores, ao contarem suas experiências, trazem em suas memórias a importância dessas atividades para o desenvolvimento social e cultural dos alunos.

Conforme Halbwachs (1990), a memória coletiva não pode ser vista como uma imposição, mas como uma forma de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. De tal maneira, nas memórias compartilhadas, nota-se certa contradição na vivência estudantil, ao mesmo tempo em que o convívio entre os alunos é retratado como marcadamente conflituoso, a participação deles em atividades esportivas e culturais permite e incentiva a confraternização. Em razão de a escola ser um espaço dinâmico, essa contradição pode ser entendida como reflexo das múltiplas interações presentes no espaço escolar.

O processo seletivo para ingresso de estudantes também foi uma atividade recordada. A divulgação era realizada por equipes de servidores que visitavam as escolas de Guanambi e da região. Assim, “passavam em salas de aula, em todas as salas de aula dos cursos, das turmas que tinham possibilidade de ingressar aqui” (Silva, 2023 [vídeo]). Os servidores utilizavam cartazes e vídeos contendo informações sobre a escola (estrutura, cursos ofertados, corpo docente). Com isso, a concorrência era enorme, “a gente conseguia um grande número de inscritos” (Entrevista 09, 2023). “Teve períodos que cobrou taxas. E nem por isso as pessoas desistiram de vim fazer” (Aguiar, 2023 [vídeo]). A divulgação também era realizada nas emissoras de rádio. Em Guanambi, era montado um *stand* nos dias de segunda e de quinta para auxiliar os candidatos a fazerem suas inscrições.

As provas eram elaboradas e corrigidas pelos docentes da escola. “E essas provas, primeiro começou só com conhecimentos gerais, mas a gente da área técnica queria buscar o aluno do campo. E aí a gente começou a colocar algumas questões pra buscar o menino do campo” (Aguiar, 2023 [vídeo]). Além das provas, os candidatos respondiam um questionário e o nível socioeconômico era considerado no processo de seleção dos estudantes. Com o tempo, houve a necessidade de realização das provas em outras cidades devido à quantidade de inscritos.

Hoje tem internet que facilita demais, mas naquela época o uso da internet era muito difícil. Então, a gente tinha que pegar, botar uma TV no fundo de cada carro, montava uma equipe, pegava uma TV com um videocassete, com aquelas fitas cassete e fazia as filmagens dos setores aqui, da produção de hortaliça, dos setores animais, tal, na parte de fruticultura. A gente fazia os vídeos com alguns depoimentos de, de servidores, dos docentes. E esse vídeo ele era exibido em cada escola. Então a gente acertava com a Secretaria de Educação ou com a direção das escolas maiores e a gente juntava os meninos em algum espaço onde tinha um uma sala grande, um auditório, uma quadra. Nós fizemos várias vezes em quadras. E fazia a exibição, fazia essa exibição lá (Santos, 2023, [vídeo]).

Diante das falas, infere-se que o processo seletivo para ingresso de estudantes, ao ser elaborado como memória, destacava-se pela divulgação, que incluía visitas às escolas do município de

Guanambi e da região, uso de cartazes e vídeos, presença em rádios e *stands* de auxílio às inscrições. Essa dinâmica na forma de divulgação pode indicar a preocupação da escola em atrair candidatos a pleitearem as vagas oferecidas e evitar a ocorrência de vagas não preenchidas. O sucesso do processo seletivo, aparentemente, era evidenciado pela alta procura por vagas e pela ampliação de sua realização em outras cidades. Consequentemente, ele refletia em uma diversidade e representatividade de estudantes que ingressavam na escola, fortalecendo uma memória sobre sua reputação como uma instituição inclusiva e acessível aos mais necessitados.

Percebe-se que, ao expor essas elaborações sobre a História da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, os sujeitos da pesquisa acabam por evidenciar uma memória coletiva, o que transforma a memória em objeto de poder, assim como argumentado por Le Goff (1990). Afinal, lembrar e narrar não se constituem como ações despretensiosas, mas como possibilidade de compreensão e de interpretação, consciente ou inconsciente, do passado pelos sujeitos. Ainda, tal como elucidado por Gagnebin (2006), o passado precisa ser lembrado, mas não numa espécie de culto ao passado. A necessidade do não-esquecimento é uma demanda de análise esclarecedora do passado para melhor compreender o presente. Um trabalho de elaboração do passado “realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente” (Gagnebin, 2006, p. 105).

Durante a vigência da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, os relatos dos sujeitos pesquisados informam que os seguintes cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram ofertados: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia, Técnico em Piscicultura, Técnico em Informática (PROEJA) e Técnico em Agroindústria.

O primeiro curso a funcionar na EAJT foi o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, autorizado por meio da Portaria nº 205/1995 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de outubro de 1995. Esse curso teve início em 1995 e contemplou três turmas, num total de cento e vinte alunos (Entrevista 04, 2023). O depoimento apresentado na Entrevista 04 (2023) a respeito da escolha do curso Técnico em Agropecuária, bem como dos demais cursos técnicos ofertados pela EAJT, conta o seguinte:

Quando as Escolas Agrotécnicas elas foram criadas, a visão é que ela trabalhasse só no segmento, né, Agropecuário. Então isso é, o curso de Agropecuária ele já foi criado, ele já vinha de forma intrínseca, aí ó, já vinha né, quando criava a Escola Agrotécnica naturalmente já se pensava no curso Técnico em Agropecuária. Os outros cursos, eles vieram, vê que tem vários cursos que são ligados à área de agropecuária, a própria Agroindústria, né, o Técnico em Zootecnia, subsequente, o Técnico em Piscicultura que foi criado e extinto, em Agricultura, são todos os cursos que

eles foram criados em função da estrutura que já tinham pra o curso Técnico em Agropecuária, né? Mas a partir do momento que se pensou que a escola não podia ficar só nessa linha, ah, só batendo na linha agrícola e a tecnologia avançando, houve a necessidade da gente pensar em acompanhar um pouco a questão da tecnologia que foi a criação do curso Técnico de Informática (Entrevista 04, 2023).

No fragmento acima, há uma elaboração da memória sobre as mudanças que as Escolas Agrotécnicas sofreram para além do segmento tradicional de Agropecuária. Inicialmente, as escolas tinham como foco principal o campo agropecuário, com a criação do curso técnico em Agropecuária. Com o tempo, surgiram na EAJT outros cursos, como Agroindústria, Zootecnia, Piscicultura e Agricultura, todos derivados da estrutura inicial do curso técnico em Agropecuária. No entanto, o avanço tecnológico e a necessidade de acompanhar as mudanças levaram à criação de novos cursos, como o Técnico em Informática, demonstrando uma ampliação do escopo da Escola além da área agrícola.

Essa mudança reflete a busca por diversificação e atualização dos cursos oferecidos pela instituição e, principalmente, a adaptação em relação à sociedade e à demanda por trabalho em tecnologia, assim como apontado por Souza (2025) ao discutir o Ensino Médio no Brasil. Na situação narrada, observa-se a função assumida, historicamente, pela Educação Profissional no Brasil, a saber, formar mão de obra para o mercado de trabalho, atendendo aos interesses econômicos de cada época.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, a reforma da Educação Profissional foi realizada por meio do Decreto nº 2.208/1997. Esse Decreto definiu que a Educação Profissional compreenderia os seguintes níveis: básico, técnico e tecnológico. Na análise apresentada por Ramos (2014), a respeito da reforma educacional determinada pelo Decreto nº 2.208/1997, essa suposta necessidade de mudança na educação profissional brasileira foi justificada pelo “custo da formação profissional de nível médio e à suposta elitização deste tipo de ensino, que estariam ocorrendo principalmente em escolas federais” (Ramos, 2014, p.46).

Como consequência e em atendimento a esse Decreto, a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira se reestruturou para se adequar ao modelo da reforma. Nesse sentido, a instituição deixou de ofertar o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e passou a oferecer os cursos Técnicos em Agricultura e Zootecnia, concomitantes ao Ensino Médio, como também os cursos Técnicos em Zootecnia, Agricultura e Piscicultura, sequenciais ao Ensino Médio. Sobre os efeitos do Decreto nº 2.208/1997 na EAJT, especialmente no que diz respeito à concomitância, o relato de Silva conta que:

Foi um período difícil, que a gente tinha uma evasão muito grande. O pessoal começava fazer o Ensino Médio, não dava

importância para o ensino profissionalizante, não eh buscava... Porque no início, o curso Técnico em Agropecuária você tinha que fazer as duas situações, a parte da base comum e a base, a base técnica. E você só conseguiria seu certificado de conclusão do Ensino Médio, cursando e sendo aprovado em todas as disciplinas, tanto de uma área como da outra. Com a mudança, com a separação, a pessoa que buscava o Ensino Médio aqui da instituição, que era de um quadro qualificado, ele não dava importância pra o curso técnico. E aí, eh, aqui pra gente a reprovação era absurda, o pessoal vinha, buscava, recebia seu, seu certificado da Escola Agrotécnica, do curso técnico, formava no terceiro ano e cursava duas, três, dois, três semestres de, do curso técnico e não dava seguimento. Não concluía nem Agricultura e muito menos Zootecnia. Naquele tempo você fazia os dois cursos, você tinha três semestres de Agricultura e três de Zootecnia. Ao longo dos três anos, você fazia os dois cursos. E tinha gente que nem concluía um, nem concluía outro. Passava esse tempo, aprovava, reprovava. E você não tinha como não deixar a pessoa estudar, tinha a separação, eram matrículas diferentes, naquela ocasião (Silva, 2023, [vídeo]).

Por meio desse relato, percebe-se que a separação curricular entre o Ensino Médio propedêutico e a Educação Profissional, instituída pelo Decreto nº 2.208/1997 reforçou na Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira a dualidade presente na educação brasileira com o ensino propedêutico voltado à elite e às classes dominantes e o ensino profissionalizante para o povo.

Os cursos Técnicos em Agricultura e em Zootecnia sequenciais ao Ensino Médio foram criados por meio da Resolução nº 09/2000 do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira e implantados em fevereiro de 2000 com a denominação curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura e curso Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia, respectivamente.

O curso Técnico em Piscicultura foi criado e extinto na vigência da EFAJIT, formando apenas uma turma. Os relatos de Santos (2023, [vídeo]) contam que esse curso “foi por volta de 2002, 2001, 2002. E foi criado inclusive por conta da estação de piscicultura que tinha ali em Ceraíma. A maioria das aulas eram ministradas lá. Mas só teve demanda pra uma turma. Esse curso foi extinto”. Cafieiro (2023, [vídeo]) complementa que “teve o curso de Piscicultura. Só que não, não foi pra frente, né. Tanto porque não tinha tantos professores na áreas, eh, como também a demanda não foi tão grande. Usava a CODEVASF, né. Saiu uma turma. Que eu me lembre, uma turma”.

Percebe-se, com isso, que essa parte da História da instituição, o curso Técnico em Piscicultura, está se apagando da lembrança dos sujeitos da pesquisa, eles não se recordam com exatidão dele. O esquecimento, neste caso, está relacionado ao fato de a memória se apoiar nos rastros deixados pelo passado,

mas esses rastros correm o risco de se apagarem definitivamente (Gagnebin, 2006). Portanto, as memórias elaboradas pelos sujeitos da pesquisa sobre o passado da instituição servem como um veículo capaz de reconstruir as memórias coletivas e torná-las representativas diante da produção de esquecimentos.

A revogação do Decreto nº 2.208/1997 por meio do Decreto nº 5.154/2004 buscou restabelecer os princípios de uma política de Educação Profissional articulada com a Educação Básica. Nesse novo Decreto, havia a indicação do restabelecimento da possibilidade de integração curricular dos Ensinos Médio e Técnico. Ao reintroduzir essa possibilidade, o Decreto nº 5.154/2004 restabeleceu as condições legais para a oferta de uma educação politécnica, voltada para a emancipação crítica dos sujeitos. A partir desse novo Decreto, a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira passa a ofertar o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), foi criado na Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. De acordo com os relatos apresentados na pesquisa, esse curso iniciou suas atividades letivas em 2007 e foi extinto quando a instituição já era denominada IF Baiano — *campus* Guanambi. As memórias narradas contam que a chegada do curso Técnico em Informática (PROEJA) trouxe para a instituição novas possibilidades, incertezas e expectativas, além de um novo perfil de aluno. Nascimento, em sua fala, tensiona sobre vários problemas do curso durante seu funcionamento:

Nós tivemos muitos problemas. Primeiro a aceitação da escola em, de que aqui esses alunos poderiam vir, eles teriam condições de estar aqui. Então a gente percebia nas reuniões, quando o governo baixou o decreto, houve uma resistência muito grande em Guanambi para essa implantação. E muito do que era prescrito não era o que era feito por conta das dificuldades dos alunos, né. A quantidade, a evasão, apesar deles receberem bolsas eles evadiam, tinha uma bolsa de cem reais na época pra cada aluno que entrasse e mesmo assim havia uma evasão muito grande. Nós, professores, não estávamos preparados pra lidar com esse público, também foi uma questão muito forte. Porque a gente queria lidar com eles como a gente lidava com os alunos do Ensino Médio. E não era a mesma coisa. Tinha que ter uma outra metodologia de ensino. Não havia uma vontade de que esse público permanecesse aqui”. (Nascimento, 2023, [vídeo]).

Para a escolha do curso de Informática, a Entrevista 12 (2023) pontua que “não houve nenhuma pesquisa pra saber por quê Informática”, os relatos de Nascimento (2023) também indicam que não houve uma ampla discussão na comunidade para a

escolha desse curso. A esse respeito, a Entrevista 04 (2023) coloca que a escolha foi devido ao avanço da tecnologia: “houve a necessidade da gente pensar em acompanhar um pouco a questão da tecnologia” (Entrevista 04, 2023).

A Entrevista 10 (2023) indica que a oferta do PROEJA não foi uma demanda da instituição, mas uma demanda da Rede Federal: “O PROEJA na realidade foi um, era um, era um projeto de governo”. Tal fala demonstra que o PROEJA ocorreu com o objetivo de cumprir uma determinação legal e atender a um projeto de política educacional de inclusão permanente de estudantes jovens e adultos na rede federal. Ramos (2014) salienta que a integração entre a Educação Básica e a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos é uma conquista proveniente de lutas pelo direito à educação dessa parcela da população. Essa política pública de inclusão educacional visa a elevar a escolaridade de jovens e adultos trabalhadores brasileiros por meio de uma formação de qualidade, mediada pelo trabalho. Mais do que apenas assegurar direitos, ela visa à “formação de sujeitos capazes de produzirem sua existência por meio de seu trabalho” (Ramos, 2014, p.79).

O curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, criado por intermédio da Resolução nº 01/2008 do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, foi o último curso a ser criado na vigência da EFAJIT. Em dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira é transformada em *campus* do Instituto Federal Baiano, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A reconstrução da História da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira por meio da elaboração da memória possibilitou aos entrevistados o pensar, o elaborar e o narrar sobre os possíveis pertencimentos a esse grupo social, forjado nas relações sociais mediadas pela criação e funcionamento da Escola. Neste sentido, as recordações compartilhadas pelos servidores mostraram-se de grande importância tanto para o registro da História da Escola quanto para a consolidação do senso de pertencimento à instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados produzidos pelos servidores, induz-se que as memórias sobre o passado da instituição foram produzidas em função do lugar que se encontram os sujeitos pesquisados. A depender do lugar que ocupam na instituição — docente ou técnico administrativo, chefe ou subordinado — eles elaboraram as recordações sobre o passado. Uns mais entusiastas, detalhistas, emotivos, outros mais comedidos, incisivos, “medindo as palavras”. As memórias que foram elaboradas e socializadas acerca do passado da instituição, a forma como narraram e se

posicionaram diante dos fatos narrados, o que quiseram lembrar ou silenciar, têm uma estreita relação com o lugar que os sujeitos ocupam no contexto institucional.

Percebe-se que os servidores guardam na memória informações valiosas sobre a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, o que possibilita conhecer alguns dos eventos que compõem a História da instituição. Ao narrarem suas recordações em relação à História da Escola, os servidores o fizeram em face do tempo vivido no presente e possibilitaram, com isso, a construção de novos sentidos para as histórias produzidas.

Considera-se que as memórias foram elaboradas de acordo as subjetividades e sentimentos dos servidores, ou seja, estavam permeadas de sentidos individuais e coletivos de mundo, de emoção e até mesmo de saudosismo. São memórias que elaboram uma série de experiências acompanhadas por um forte sentimento de relação com a instituição. Ao evocarem suas lembranças a respeito da História da Escola, ao rememorarem momentos da vida escolar que de alguma forma marcaram suas vidas, os sujeitos da pesquisa demonstraram que a História de uma instituição escolar é mais complexa e humana do que relatórios oficiais, documentos institucionais ou legislação educacional. A História da Educação Profissional e Tecnológica é fruto das ações humanas no tempo, ela é construída em disputa, em harmonia e com base em diversas formas de convívio, tal como por inúmeras contradições.

Por fim, indica-se que as memórias aqui analisadas não correspondem, necessariamente, à verdade literal dos fatos, mas, à elaboração do passado que os sujeitos pesquisados fazem, afinal, pensar o passado em sua totalidade, com todos os seus detalhes e eventos mais comuns, exatamente como aconteceu, é uma tarefa impossível. Todavia, escrever, interpretar e refletir sobre esse passado como História por meio de memórias é um caminho rico e promissor para a elaboração de uma História da Educação Profissional e Tecnológica mais viva e dinâmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 17 abr. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: em 12 jan. 2023.

CUNHA, L. A. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, v.44 n.154 p.912-933 out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sNXBnvvBY84RY7b-Jdpt7bmb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva (1950).** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2020. 111 p.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** ISSN 2176-2767, v. 10, 1993.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p.200-215, 1992.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SEIXAS, J. **Da memória e seus “caminhos secretos para entrar em nós” (Ensaio sobre memória, esquecimento, história, historiografia).** Salvador: Editora Intermeios, 2022.

SOUZA, F. C. S. Ensino Médio Integrado: duas décadas de luta por uma educação emancipatória no Brasil (2004-2024). **Revista Paradigma**, v. XLVI, n. 1, 2025.